

60 ANOS DO GOLPE MILITAR

» Entrevista | **ENEÁ ALMEIDA** | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA

Dirigente do colegiado que julga pedidos de reparação pela perseguição na ditadura diz que termo se aplica ao presidente por ter vetado atos e manifestações oficiais

“Não esperava de Lula uma posição negacionista”

» EVANDRO ÉBOLI

Raquel Aviani - UnB

A Comissão de Anistia funciona há 22 anos e tem o papel de fazer a reparação histórica de julgar os abusos da ditadura e avaliar a concessão da condição de anistiado político e o direito à indenização. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende colocar fim ao trabalho desse colegiado, julgando, até o fim de 2026, os cerca de sete mil processos restantes.

A presidente da comissão, a professora e pesquisadora Eneá de Stutz e Almeida, explica que um dos objetivos de encerrar os trabalhos é evitar que, na volta de um governo que tenha um entendimento de que não houve ditadura no país, o que avançou se torne retrocesso.

Em entrevista ao Correio, Eneá Almeida criticou a postura de Lula sobre 1964 — ele vetou atos oficiais que lembrem o golpe — e afirmou que recebeu essa decisão como “verdadeiro choque”. Disse não fazer sentido o presidente condenar o Holocausto, “no que está correto”, e não fazer o mesmo com o golpe militar no Brasil. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Chegamos a 60 anos do golpe militar, e por que parece ser uma chaga que não fecha, ciclo que não acaba?

É uma chaga que não fecha porque a gente não consegue completar a transição. E não completa a transição porque não completa os passos dessas dimensões que começaram a avançar, que são reparação, memória e verdade. Mas não avançou grande coisa na reforma das instituições, como as forças de segurança pública e as Forças Armadas. Nesse sentido, não avançamos um milímetro. Nenhuma dessas instituições foi democratizada. Os militares até hoje não reconhecem que foram protagonistas do golpe de 64, tampouco pediram perdão. E não avançamos nada na responsabilização penal dos agentes repressores e violadores dos direitos humanos. Enquanto a gente não completar essa tarefa, não vai conseguir seguir adiante e alcançar a pacificação no Brasil.

No que o país errou e acertou nesses anos no tratamento do tema? Afinal, já temos quase 40 anos de redemocratização contra 21 anos de ditadura.

Se a gente considerar a partir da Constituição de 1988, avançou bastante, até 2016, no binômio memória e verdade e no campo das reparações. O problema é que, de 2017 para cá, a gente teve muitos retrocessos no que avançamos, esse binômio. Na Comissão de Anistia, foram muitos, mas muitos mesmo os retrocessos entre 2017 e 2022, a ponto de requerentes contarem suas histórias, apresentarem provas e ouvirem na cara deles, dos então conselheiros nesse período, em especial de 2019 a 2022, que eles eram terroristas e não tiveram mais do que mereceram. Que tinham mais que ser presos mesmo e serem banidos. “Ah, você foi preso e torturado? Bem-feito”. Basicamente era o que ouviam, causando uma revitimização. Hoje, temos muito trabalho pela frente, porque a gente tem de avançar, e em algumas coisas tem que recuperar esses retrocessos.

Passamos por um governo que cultuou a ditadura, um presidente



Ele (Lula) tem consciência e está absolutamente correto, que não podemos jamais esquecer os crimes contra a humanidade, como o Holocausto. Se ele percebe a importância disso, como não percebe a importância de lembrar crimes cometidos contra a humanidade pelo Estado brasileiro?”

“Vemos ainda uma absurda parcela da população persistir nessa intenção, de que troquemos a democracia por uma ditadura”

que louva torturador, uma comissão extinta (de Mortos e Desaparecidos), militares espalhados na Esplanada e uma real tentativa de golpe. Tudo isso dificulta o fechamento desse ciclo?

É um pouco o contrário. Exatamente por não se ter completado essas tarefas, como não se falar sobre isso e não termos enfrentado esse legado autoritário, e passados 60 anos do golpe, é que tivemos um governo autoritário, negacionista, que cultuou ditadura e que trouxe para funções no governo militares que não tinham habilidade e capacidade para essas funções. E o melhor exemplo foi do general Pazuella (hoje deputado), especialista em logística, que foi colocado no Ministério da Saúde e que não sabia diferença entre Amapá e Amazônia. E tivemos como resultado da gestão 700 mil mortes pela covid no Brasil. Porque a gente não fechou esse ciclo é que tivemos esse desgoverno, negacionista, até em relação ao golpe, exaltando a tortura e esses horrores todos.

Como recebeu essa orientação de Lula para esquecer aquele período e suspender atos oficiais críticos a 1964?

Recebi essa informação como verdadeiro choque. Estava sentada numa cadeira e quase caí. Não acreditei. Não fazia sentido nenhum para mim. Até porque,

o presidente Lula tinha feito crítica ao governo de Israel e mencionou o Holocausto. Até onde eu sei, o presidente Lula não é judeu e certamente não é alemão. Ainda assim, ele sabe da importância de a gente falar e lembrar do Holocausto, que é um episódio que ocorreu há mais de 80 anos. Então, ele tem consciência e está absolutamente correto, que não podemos jamais esquecer os crimes contra a humanidade, como o Holocausto. Se ele percebe a importância disso, como não percebe a importância de lembrar crimes cometidos contra a humanidade pelo Estado brasileiro, no nosso país, 60 anos atrás? E que ocorreu 20 anos a menos do que o Holocausto. E aqui. Então, não faz sentido algum esse negacionismo. E me causou muito espanto, me deixou um tanto decepcionada. Não esperava desta gestão do governo, do presidente Lula uma posição negacionista. Negacionista, não negando a existência do golpe, não fez isso. O presidente Lula não nega o golpe de Estado, mas negou que a gente deva ou que ele se preocupe em lembrar e enfrentar as consequências do governo ditatorial, me causou estranheza e decepção.

A Comissão de Anistia caminha para encerrar seus trabalhos até 2026. E também decidiu estabelecer um teto para as

reparações. Pode comentar esses dois pontos?

Tivemos, em 2023, o ápice de uma série de atentados contra a democracia, e por muito pouco não tivemos um golpe de Estado. Vemos ainda uma absurda parcela da população persistir nessa intenção, de que troquemos a democracia por uma ditadura. Temos um clima acirrado e polarizado e uma eleição presidencial em 2026. Persistem críticas ao Judiciário, desconfiança das urnas, e esse clima traz muita insegurança. Vimos o tanto de retrocesso no governo passado. Diante desse cenário, a Comissão de Anistia fez um planejamento para não correr riscos de novo retrocesso nessa tarefa de reparação. Por isso, decidimos dar conta de julgar os cerca de sete mil processos que remanescem. Há também limitações orçamentárias, e passamos a fazer julgamentos por blocos, o que acelera o processo. Decidimos por estabelecer a prestação mensal de R\$ 2 mil, que é um valor acima do salário mínimo e que permite ao anistiado receber de uma vez só todo seu retroativo (soma de valores passados). São muitas pessoas idosas, já doentes, seja por sequelas da ditadura, seja por razões naturais da vida.

Leia mais sobre os 60 anos do golpe militar na página 18

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Por quem os sinos dobram neste 31 de março

É preciso fugir ao senso comum e ao passado imaginário para ter um novo olhar sobre o dia 31 de março de 1964. O regime militar que ali se instalou somente se encerrou com a eleição de Tancredo Neves, em 1985, e a bem-sucedida transição à democracia presidida por José Sarney, cujo coroamento foi a promulgação da Constituição de 1988. Desde então, temos uma democracia representativa de massas, de caráter social-liberal. Não é pouca coisa a preservar.

Um velho amigo, o sociólogo Caetano Araújo, consultor do Senado, a propósito da polêmica sobre se o governo Lula deveria comemorar ou não o golpe de 1964, fez uma sensata separação entre a verdade e a Justiça, que não são mesma coisa, embora devam caminhar juntas. É verdade que os órgãos de segurança cometeram crimes hediondos, sobretudo no caso dos desaparecidos, mas a aprovação da anistia em 1979, que não foi exatamente como os militares queriam, foi o grande pacto entre o governo e a oposição que deu início efetivo à ultrapassagem pacífica do regime autoritário.

Era a justiça possível, como correu em outras transições complexas da época. O Chile até hoje convive com uma constitucionalidade herdada do governo de Augusto Pinochet. O Uruguai promoveu um plebiscito que anistiou os militares. A Argentina puniu seus ditadores, depois do desastre das Malvinas, mas também montoneros e militantes do ERP envolvidos em crimes de sangue. Na África do Sul, sob liderança de Nelson Mandela, a Comissão da Verdade promoveu uma reflexão para que o passado do apartheid não se repetisse, não teve papel criminal.

Seguiram o rastro da Espanha, profundamente dividida desde a década de 1930. Após a morte de Franco, em meio à crise econômica e social, sem a mínima estrutura democrática, com apoio do rei Juan Carlos I, Adolfo Suárez abriu o diálogo entre esquerda, centro e direita. No Palácio la Moncloa, em 1977, em Madri, todos os partidos assinaram um pacto no qual predominava a preocupação econômica, mas que abarcava previdência, trabalho, liberdade, direito, energia, defesa e educação. A Espanha tornou-se uma democracia sólida, que sobreviveu à tentativa de golpe militar de 1981.

Por *Quem os Sinos Dobram* (Bertrand Brasil), de Ernest Hemingway, que lutou como voluntário nas Brigadas Internacionais, é uma grande história de amor, tendo por referência a experiência pessoal do escritor na Guerra Civil Espanhola. Entretanto, narra a extrema violência das tropas de ambos os lados: os nacionalistas, auxiliados pelo governo italiano e nazista alemão, e os republicanos, apoiados pelas brigadas e a União Soviética. O livro é inspirado no poema *Meditações*, do pastor e poeta John Donne: “Quando morre um homem, morremos todos, pois somos parte da humanidade”. Empresa o título à coluna.

Mortos e desaparecidos

Sim, os sinos hoje dobram por 434 mortos e desaparecidos, vítimas do regime militar, a maioria dos quais na tortura ou executados em confrontos simulados com os órgãos de repressão. Mas, também, dobram por 119 grupos armados que se opuseram à ditadura. E quatro militantes de esquerda que foram executados pelos próprios companheiros. Não eram “cachorros”. Qualquer tentativa de ajuste de contas punitivo com esse passado é um equívoco. Isso não significa confinar essa memória ao culto doméstico dos familiares de mortos e desaparecidos.

A radicalização política que antecedeu o golpe de 1964 dividiu profundamente a sociedade, inclusive as classes sociais e as famílias. Nem tudo foi fruto da Guerra Fria. Havia, como há ainda, um ambiente de iniquidade social propício. E, também, uma visão de ambos os lados de que as coisas se resolveriam pela força bruta do Estado e não pela sociedade, por via democrática. A esquerda deveria se perguntar: por que Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães apoiaram o golpe? A resposta é simples: foram empurrados para os braços de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, que empunharam a bandeira da democracia contra o radicalismo de esquerda. Os militares deveriam também se perguntar: por que Juscelino e Ulysses passaram à oposição, logo após o golpe de 1964? Outra resposta simples: o regime cancelou as eleições e derivou para uma ditadura sanguinária.

Existe um fio de história que liga os acontecimentos de 1964 aos dias atuais, que passa pelas reformas de base na marra, a luta armada, o voto nulo, o não apoio a Tancredo Neves, a rejeição ao Plano Real e o fracasso do governo Dilma Rousseff: o voluntarismo e a frustração da esquerda porque a queda da ditadura não se confundiu com a revolução.

Outro fio de história liga a frustração dos militares que ingressaram na carreira quando era uma via de ascensão ao poder político, cuja recidiva se deu no governo Bolsonaro, à tentativa de golpe de 8 de janeiro da extrema direita bolsonarista, inspirada no passado imaginário do regime militar: a mentalidade de que às Forças Armadas cabe tutelar a nação, por representar “o povo em armas”.

A polêmica sobre a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não relembrar oficialmente o golpe militar de 31 de março de 1964 é fruto dessas vicissitudes históricas. De fato, há um pacto de silêncio entre ele e os comandantes militares, que proibiram as comemorações nos quartéis, enquanto generais e outros oficiais golpistas prestam contas à Justiça comum, fato inédito na história.

Entretanto, a sociedade não está proibida de reverenciar seus mortos, como fizeram os professores da Faculdade de Direito de Niterói (UFF), ao propor o título de Doutor Honoris Causa ao seu ex-aluno Fernando Santa Cruz, sequestrado e assassinado em 1974, depois de diplomá-lo bacharel *post mortem*.